

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.824 - PR (2018/0288186-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : JONATHAN FRANCO DO AMARAL (PRESO)
ADVOGADOS : IURI VICTOR ROMERO MACHADO - PR064224
ANGELA CRISTINA DOS SANTOS ZEN E OUTRO(S) -
PR064281
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS CAVALHEIRO
INTERES. : LUAN DO AMARAL DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JONATHAN FRANCO DO AMARAL, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que denegou o *writ* de origem.

O acórdão recorrido contém a seguinte ementa (fls. 90/91):

HABEAS CORPUS CRIME. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E RECEPÇÃO. DECISÃO QUE DECRETA A PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO DA IMPOSIÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR ANTE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 312 E 313, AMBOS DO CPP). TESES REJEITADAS. DECISÃO QUE SE REPORTOU AOS PRESSUPOSTOS LEGAIS AUTORIZADORES. SITUAÇÃO FÁTICA QUE INDICA O ENVOLVIMENTO DO PACIENTE EM ASSOCIAÇÃO VOLTADA A PRÁTICA DO COMÉRCIO DE DROGAS. CONTEXTO FÁTICO QUE TORNA EVIDENTE A GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS QUE NÃO SE MOSTRAM SUFICIENTES AO ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. COEXISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COM A PRISÃO PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. A jurisprudência desta Corte é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (*periculum libertatis*).
2. O Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no artigo 312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da ordem pública, evidenciada pela gravidade concreta da conduta delitiva.
3. Ao ponderar sobre o caráter incessante da atividade comercial ilícita desenvolvida pelo paciente, a autoridade judicial revela acentuado compromisso com o dever de acautelar a ordem pública, calcando a imposição da custódia cautelar excepcional com motivação concreta e idônea. Ademais, notadamente em face da quantidade de substância entorpecente encontrada e da apreensão de arma e munições de grosso

calibre (.40 e 9mm), está evidenciada a gravidade acentuada dos delitos.

4. Inexiste incompatibilidade da coexistência da prisão preventiva com o princípio da presunção de inocência, especialmente quando a imposição da medida cautelar está fincada em dados concretos, consoante visualizado no quadro fático desenhado nos autos.

5. Insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação se encontra fundada na gravidade efetiva do delito, indica que as providências menos gravosas seriam incapazes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

Busca-se a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de ausência de fundamento idôneo para justificar a cautelar penal, ou a aplicação das medidas alternativas à prisão.

Durante o trâmite deste *writ*, sobreveio sentença a qual condenou o recorrente à pena de 6 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 270 dias-multa pela prática dos delitos de posse de arma de uso restrito, receptação e tráfico de drogas.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso.

Na origem, a ação penal n. 0015331-03.2017.8.16.0035 encontra-se em fase recursal. Segundo informações prestadas pela Vara de origem (fls. 430/432), os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça em 12/12/2018.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A sentença condenatória, no que tange à necessidade da prisão cautelar, assim dispôs (fls. 391/396 - com destaque):

[...]

Por fim, em atenção ao disposto no artigo 387, § 1º, do Código de Processo Penal, com redação dada pela nova Lei nº 12.736/12, compete-me fundamentar a imperiosa necessidade da manutenção das prisões dos sentenciados.

Primeiramente, avulto e ratifico todos os fundamentos constantes da r. decisão que decretou a Prisão Preventiva dos sentenciados (mov. 35.1) e das decisões que indeferiram os pedidos de liberdade e/ou relaxamento da prisão processual [...], pois, aqueles fundamentos se mantêm incólumes e, bem assim, roboram a presente decisão neste tocante.

[...]

Assim, conclui-se que inexistente ilegalidade na manutenção das prisões cautelares dos sentenciados.

[...]

Até porque, os crimes contidos nestes autos amostam-se particularmente graves. Relembre-se que os acusados foram autuados em flagrante quando tentavam vender uma arma de fogo de uso restrito das forças armadas e que cada um possuía em sua residência expressiva quantidade de substância entorpecente. Vale dizer, os acusados não parecem ser pequenos traficantes de poucas e pequenas porções de maconha.

Tais fatos evidenciam - extreme de dúvida - que as liberdades dos acusados põem, sim, em risco a 'garantia da ordem pública', mormente em face do 'risco real' de que, acaso sejam soltos, tornem a delinquir.

[...]

Por sua vez, o decreto prisional foi assim fundamentado (fls. 58/61 - com destaques):

[...]

A rigor, a exegese da nova Lei 12.403/11, sopesada a realidade dos fatos contidos nestes autos, demandam, por ora, a segregação cautelar dos autuados. Pois da análise dos fundamentos previstos no artigo 312, primeira parte, do CPP (garantia da ordem pública, econômica, conveniência da instrução e aplicação da lei penal), dos pressupostos legais previstos no artigo 312, segunda parte, do CPP (prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria) e das condições de admissibilidade (art. 313, do CPP), conclui-se pela necessidade de sua segregação cautelar.

Quanto aos "fundamentos", sobressai-se inicialmente a garantia da ordem pública, eis que os crimes em análise são de gravidade concreta e relevante (expõem ao perigo a saúde e segurança pública).

Nota-se que, supostamente, os autuados guardavam em suas respectivas residências, sem autorização e em desacordo com determinação legal, grande quantidade de drogas.

Além disso, os autuados estariam, ao menos em tese, comercializando acessório, munições e uma pistola, ambos de uso restrito, cujo modelo, sabidamente, se trata do modelo de armamento utilizado pelas Polícias Militar e Civil do Estado do Paraná, sendo que há a informação nos autos de que a arma apreendida em poder dos autuados estava com a numeração de série abastada.

Tais circunstâncias podem alicerçar e evidenciar uma possível atuação dos autuados na vida criminosa, além de revelar a prática de crimes de gravidade concreta, vez que a quantia relativamente expressiva de droga, vale dizer, aproximadamente quatro quilogramas de maconha, bem como a arma, acessório e munições de grosso calibre (9mm e .40), expõem ainda mais/de forma mais intensa o bem jurídico tutelado.

[...]

Vale dizer, a repercussão geral destes tipos de crime sobre a sociedade,

corroborar, igualmente, o fundamento da garantia à ordem pública, pois confrontam a paz e a tranquilidade no meio social.

De outra banda, urge a questão da assecuração da aplicação da lei penal, pois os crimes imputados aos autuados, como já dito anteriormente, são de gravidade concreta e relevante e a averiguação de sua prática é de precípua importância. Neste ponto, o exercício do jus puniendi do Estado, caso sejam denunciados e condenados, parece-me depender, ao menos por ora, da segregação dos autuados.

Ainda, ressalta-se o fundamento da conveniência da instrução criminal, pois a custódia provisória poderá permitir, neste momento, a investigação completa e a oitiva despreocupada de eventuais testemunhas.

De outro lado, nota-se que a r. Defensora constituída pelos autuados clamou pela concessão de liberdade provisória ao argumento de que os autuados se tratam de réus primários, com residência fixa e trabalho lícito, e ainda que o autuado Everton Luan é indispensável para os cuidados da esposa, a qual passa por gravidez considerada de alto risco.

Porém, é sabido que os predicados pessoais, por si só, não possuem o condão de autorizar a concessão de liberdade provisória aos requerentes.

Além disso, como bem salientou o representante do Ministério Público em manifestação exarada na Audiência de Custódia, a situação que ora nos deparamos evidencia que a soltura do autuado poderá trazer mais riscos para a esposa do que cuidados, de modo que tal alegação não é suficientemente apta a ensejar a concessão de liberdade a ele.

Quanto aos "pressupostos", verifica-se a materialidade, ao menos por ora, pelo Auto de Prisão em Flagrante (mov. 1.4), Boletim de Ocorrência (mov. 1.5), Auto de Exibição e Apreensão (mov. 1.8) e pelo Auto de Constatação Provisória de Droga (mov. 1.10).

Igualmente, os indícios de autoria repousam no Auto de Prisão em Flagrante (mov. 1.4), bem como pelos depoimentos e interrogatórios colhidos perante a Autoridade Policial.

Quanto às "condições de admissibilidade", os crimes em análise, se somados, possuem pena máxima superior a quatro anos, (artigo 313, incisos I do Código Penal), o que autoriza a decretação da prisão dos autuados.

Deste modo, nos termos do artigo 310, inciso II, do Código de Processo Penal, e pelos fundamentos esposados acima, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE dos autuados EVERTON LUAN DO AMARAL DOS SANTOS e JONATHAN FRANCO DO AMARAL em PRISÃO PREVENTIVA**, eis que presentes os requisitos exigidos pelos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, bem como porquanto as novas 'medidas cautelares diversas da prisão' revelem-se ineficazes/incabíveis ao presente caso - neste momento.

[...]

Como se vê, a decisão de prisão, mantida pela sentença condenatória, apresenta fundamentação válida para a segregação cautelar, pois evidencia a expressiva quantidade de entorpecente apreendido na residência do recorrente, qual seja, 1,489 quilo de maconha, conforme consta na sentença (fl. 382).

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator